

Um olhar panorâmico sobre o golpe de 1964 e a ditadura no Brasil: entre o intervencionismo militar e a mobilização da classe trabalhadora

A panoramic view on the 1964 coup and the dictatorship in Brazil: between military interventionism and the mobilization of the working class.

Fábio Tadeu de Melo Pessoa*

Resumo: A deposição do presidente João Goulart, em abril de 1964, representa um novo capítulo de uma velha prática: a intervenção militar em momentos de crise política, econômica e social no Brasil. Pretendo neste artigo revisitar a historiografia do golpe civil-militar no Brasil e seus desdobramentos. Trata-se de um olhar panorâmico sobre a ditadura militar brasileira centrado em duas questões fundamentais: o caráter intervencionista das Forças Armadas Brasileiras e a tentativa sistemática de impossibilitar a incorporação da classe trabalhadora como ator político no Brasil.

Palavras chave: golpe civil-militar, ditadura militar no Brasil, repressão política, resistência.

Abstract: The deposition of President João Goulart, in April 1964, represents a new chapter in an old practice: military intervention in moments of political, economic and social crisis in Brazil. In this article, I intend to revisit the historiography of the civil-military coup in Brazil and its consequences. It is a panoramic look at the Brazilian military dictatorship centered on two fundamental issues: the interventionist character of the Brazilian Armed Forces and the systematic attempt to make it impossible to incorporate the working class as a political actor in Brazil.

Keywords: civil-military coup, military dictatorship in Brazil, political repression, resistance.

Recibido: 15 junio 2021 Aceptado: 8 agosto 2021

Introdução.

No Brasil, o golpe de 1 de abril de 1964 é o resultado, segundo vários analistas, das contradições estruturais inerentes ao modelo populista que entrou em colapso¹ quando perdeu a capacidade de implementar um *desenvolvimentismo* que “bem ou mal, conseguiu levar à frente a industrialização pela via dos atoleiros e conflitos”.² Entrava em colapso um contraditório modelo

*Doutor em História (UFPA). Professor da Universidade Federal do Pará – Faculdade de História, Campus do Tocantins/Cametá/Amazônia/Brasil. fabiotmpessoa44@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-0615-4305>

¹ Cf. IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

² GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987, p.15.

político que combinava “pluralismo e limitação, força e autoridade, coerção e consentimento”.³ Autores como Daniel Aarão Reis discutem o golpe no Brasil relacionando-o com a inviabilidade da construção de um modelo autônomo de desenvolvimento terceiro-mundista no contexto capitalista.⁴ Em outras palavras, estava em jogo um modelo de desenvolvimento consubstanciado pela “ascendência econômica do capital multinacional e associado”,⁵ em oposição ao modelo que tinha no Estado o vetor de desenvolvimento, de modo a transformá-lo no “produtor direto de bens e serviços estratégicos para a infraestrutura”.⁶

A tese de Dreifuss sobre a relação empresarial-militar existente entre o exército brasileiro e as forças econômicas locais – a “elite orgânica” associada com os interesses multinacionais,⁷ evidentemente não explica o todo complexo que é o golpe de 1964, mas indica caminhos analíticos muito precisos no que se refere à influência norte-americana no processo de preparação e consolidação do golpe. Vernon Walters, adido militar norte-americano no Brasil entre 1962 e 1967, através de seu livro de memórias *Missões Silenciosas*, afirma que o então embaixador estadunidense Lincoln Gordon acompanhava de perto a conjuntura política do país, especialmente em relação ao posicionamento das forças armadas brasileiras diante da crise política no governo João Goulart (1961-1964).⁸ A preocupação norte-americana tinha no exemplo cubano sua razão de ser, já que a injeção de recursos para fortalecer governos aliados aos interesses de Washington não necessariamente seria suficiente para impedir que esses interesses fossem, de algum modo, contrariados. Como bem assinalou Carlos Fico, a revolução cubana saiu vitoriosa “mesmo depois de Cuba ter recebido U\$ 16 milhões de assistência militar durante os anos de 1950 e mais de 500 oficiais cubanos terem passado por treinamento militar norte-americano”.⁹

Além de ajuda a governos aliados, pesquisas recentes têm desnudado estratégias para desestabilizar governos “inimigos” como o de João Goulart no Brasil, através do estabelecimento de um “plano de contingência” que incluía desde um possível apoio logístico aos golpistas – “derivados de petróleo, comida, armas e munição”, até a possibilidade de intervir com forças caso houvesse “clara evidência de intervenção soviética ou cubana do outro lado, diretriz que estabeleceu a força-tarefa naval que futuramente se chamaria Brother Sam”.¹⁰

Além dos aspectos estruturais relacionados aos limites do “populismo” e da influência estadunidense no golpe de 1964, para o entendimento do problema colocado neste artigo é importante perceber os aspectos de uma cultura política autoritária presente na sociedade brasileira que é anterior ao golpe. A “saída militar” em momentos de crise política e instabilidades econômicas não é exceção, mas regra, na medida em que intervenções militares no Brasil ocorrem desde a proclamação da República. Além disso, a memória social construída pelos militares sobre as forças armadas apontam dois aspectos fundamentais: o caráter integrador da unidade nacional que caberia aos militares preservar, presente, pelo menos, desde a repressão do exército e marinha às revoltas provinciais do

³ DREIFUSS: René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 136.

⁴ REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerda e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 12.

⁵ Uma pesquisa realizada em 1964 pelo Instituto de Ciências Sociais – ICS – da Universidade Federal do Rio de Janeiro envolvendo um grupo de 276 bilionários atuantes no Brasil aponta que, destes, 55 grupos de empresas foram considerados multibilionários, dos quais 31 (56,4%) eram multinacionais. A mesma pesquisa aponta que 62,5% dos grupos considerados “nacionais” tinham alguma ligação com os grupos transnacionais. Cf. DREIFUSS, *op. cit.*, p. 49-59.

⁶ *Ibid*, p. 36.

⁷ *Ibid*, id.

⁸ WALTERS, Vernon. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

⁹ FICO, Carlos. “O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA”. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.58.

¹⁰ *Ibid*, p. 73.

século dezenove,¹¹ e o caráter da legitimidade com que os militares brasileiros enxergam a si mesmos, isto é, a ideia segundo a qual caberia aos militares o papel “salvacionista” da Nação num momento em que imperavam, segundo acreditavam, a “desordem”, a “anarquia”, a instabilidade política, o “perigo comunista” e da possibilidade de criação de uma república sindicalista no Brasil.¹²

Uma outra linha interpretativa analisa o movimento de 1964 enquanto golpe de Estado, e que foi “resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e anti-reformista”,¹³ mas cujo eixo de análise deve se deslocar da influência dos fatores externos para os aspectos endógenos da sociedade brasileira. As oposições ao governo Goulart não se restringiam aos militares, daí o caráter civil-militar do golpe, mas deve-se considerar, contudo, que o “caos conspiratório” de diversos grupos civis não estava articulado com o movimento do golpe propriamente dito, isto é, o nível de articulação entre aqueles que conspiravam de forma aberta ou velada com aqueles que efetivamente depuseram o governo (os militares) era pequeno, segundo alguns analistas.¹⁴

No quadro de oposição civil a Goulart, podemos citar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao aprovar um parecer que rejeitava o projeto de lei apresentado pelo deputado Bocaiúva Cunha, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na Câmara dos Deputados, “que pretendia viabilizar a reforma agrária, alterando a Constituição ao permitir o pagamento de indenização pelas desapropriações de terra com títulos da dívida pública”.¹⁵ No parecer podemos ver a preocupação com a defesa do “direito de propriedade”, supostamente ameaçado por um projeto de lei que previa indenização: “A Ordem dos Advogados do Brasil manifesta sua contrariedade à pretendida reforma constitucional, eis que, além de perigosa como precedente, atenta contra o direito de propriedade e resulta totalmente desnecessária ao fim declarado, o de proporcionar aos trabalhadores rurais o acesso às terras”.¹⁶ Após a deposição do governo em 1964, a OAB saudou “os homens responsáveis desta terra” que “erradicavam o mal das conjuras comuno-sindicalistas, proclamando que a sobrevivência da Nação Brasileira se processou sob a égide intocável do Estado do Direito”.¹⁷ A imprensa, de um modo geral, também participava da campanha oposicionista a Goulart, embora a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) não tenha declarado oficialmente apoio aos golpistas.¹⁸

A propaganda anticomunista dava um tom geral da crítica ao governo de João Goulart, associando qualquer projeto de *Reforma* (da educação, da terra, dos impostos etc) a uma tentativa de implantar o comunismo em terras brasileiras. No imaginário socialmente construído, o “perigo vermelho” está presente desde o surgimento da União Soviética, mas é nos anos de 1930, especialmente a partir do Estado Novo, que se “solidificou no Brasil o anticomunismo, principalmente entre as elites

¹¹ BRASIL, Ministério da Guerra, coronel Otávio Costa. *Exército: fator de integração nacional*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1967, apud, STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 16.

¹² Uma série de livros publicados por uma equipe de pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), a partir de depoimentos colhidos entre militares brasileiros, são referências fundamentais para quem analisa o período: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; _____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; _____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

¹³ NAPOLITANO: Marcos. *1964: História do regime militar*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 9.

¹⁴ FICO: 2008, *op. cit.*, p. 54.

¹⁵ MATTOS, Marco Aurélio. “Contra as Reformas e o Comunismo: a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no governo Goulart”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, n° 49, p. 149-168, janeiro-junho de 2012, p. 154.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ Ata da 1.115ª sessão de instalação da 34ª reunião ordinária do Conselho Federal da OAB (conselho pleno), em 7 de abril de 1964, apud., ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. [orgs.] *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 105.

¹⁸ ROLLEMBERG, *op. cit.*, p. 104.

sociais, políticas e burocráticas”.¹⁹ Seja através das representações religiosas de demonização do comunismo, que “negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu”, seja em relação ao nacionalismo conservador, especialmente comum entre setores das Forças Armadas, que “ênfatiza a defesa da ordem, da tradição e da centralização”, no qual o comunismo, por ser internacionalista, ameaçava; ou ainda em razão dos princípios liberais (liberdade e propriedade) presentes entre as elites econômicas e parcelas das classes médias, para quem o comunismo tolhia a liberdade através da prática do autoritarismo político, além de “destruir o direito à propriedade na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava”, o fato é que o discurso anticomunista representou o principal elemento de justificativa não apenas do golpe, como também da manutenção do regime autoritário iniciado em 1964.²⁰

Para além das representações (re) produzidas pela imprensa, o anticomunismo também pode ser medido através de pesquisas de opinião realizadas em março de 1964 pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), às vésperas da deposição de Jango. Ainda que a opinião publicada não tenha sido, necessariamente, a opinião pública majoritária,²¹ além dos problemas metodológicos em relação ao uso de enquetes para análise histórica,²² a pesquisa de opinião possibilita ao historiador perceber tanto o nível de apoio popular em relação ao governo João Goulart, quanto dos níveis de oposição ao governo usados pelos conspiradores. Aprovado com ótimo e bom por 45% dos entrevistados na avaliação de governo e tendo 49% de intenções de voto para as eleições de 1965, Jango tinha 59% de apoio às reformas de base anunciadas no comício de 13 de março de 1964 que levou cerca de 200 mil pessoas à Central do Brasil, no Rio de Janeiro.²³ No entanto, e este é um ponto importante, as enquetes, de um modo geral, sugeriam que havia, para grande parte dos entrevistados, a existência de um perigo comunista crescente no país.²⁴

Se a OAB, através do Conselho Federal da Ordem, e a imprensa, em sua grande maioria, faziam críticas às Reformas de Base, a Igreja Católica, através de seu órgão de representação oficial, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fiel a sua tradição de colaborar com o Estado, produz uma declaração sobre a situação do país em 1963 que parece apontar para outro caminho. No *Comunicado Mensal*, publicado um ano antes do golpe, a CNBB afirma que “a ordem em que vivemos permanece ainda viciada pela pesada carga de uma tradição capitalista [...]. É uma ordem de coisas na qual o poder econômico, o dinheiro, ainda detém a última instância das decisões econômicas, políticas e sociais”. Ainda segundo a declaração, esta ordem tem que passar por “profundas e sérias transformações, cuja concretização não pode ser mais adiada”.²⁵ Esta nota vai ao encontro da posição assumida pela Igreja de colaboração com os governos brasileiros que, desde Juscelino Kubitschek

¹⁹ MOTTA, Rodrigo Patto SÁ. “O perigo é vermelho e vem de fora: O Brasil e A URSS”. *Locus: Revista de História*, juiz de fora, v. 13, n. 2, 2007, p. 230.

²⁰ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto SÁ. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002. As citações da obra foram feitas a partir da Resenha do livro, realizada por: OLIVEIRA, Marcus Roberto de. “A ideologia anticomunista no Brasil”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 23, p. 185-188, nov. 2004.

²¹ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 47.

²² Ao analisar a questão, Rodrigo Patto SÁ Motta enfatiza alguns cuidados críticos para analisar as enquetes. Em primeiro lugar, “porque podem revelar apenas opiniões momentâneas dos entrevistados [...], que podem ser induzidas a depender do modo como são elaborados os questionários”, sem falar do uso político dos resultados que podem ser “manipulados ou falsificados”. Outra preocupação diz respeito ao caráter não nacional das pesquisas, restringindo-se a algumas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. No entanto, como as pesquisas não foram feitas para publicação, diminuem as chances de manipulação para uso político. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto SÁ. “O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião”. *Revista Tempo*, vol. 20, 2014, p. 4.

²³ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 47.

²⁴ MOTTA: 2014, *op. cit.*, p. 9-10.

²⁵ CNBB, *comunicado mensal*, junho de 1963, p. 50-59, apud. ALVES: Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968, p. 57.

(1956-1961), “caminhavam progressivamente para a elaboração de teorias de reforma social e de afirmação independente no campo internacional”.²⁶ O *Comunicado Mensal* defendia reformas das empresas, eleitoral, tributária, educacional, além de dar destaque à Reforma Agrária. Se para a OAB a proposta de reforma constitucional que previa indenização para desapropriações de terra contrariava o direito dos proprietários, para a CNBB tal proposta não configurava “um atentado contra direito de propriedade, seja por uma indenização total ou parcial, em dinheiro ou em títulos da Dívida Pública”.²⁷

O apoio às reformas não impediu a Igreja, a exemplo da imprensa, empresários e OAB, de manifestar seu apoio ao golpe. Reunida entre os dias 17 a 29 de maio de 1964, a Comissão Central da CNBB divulgou uma Declaração na qual considerava que “logo após o movimento vitorioso da Revolução, verificou-se uma sensação de alívio e de esperança [...] em face do clima de insegurança e quase desespero em que se encontravam as diferentes classes sociais”. Para a CNBB, as Forças Armadas agiram “atendendo à geral e angustiosa expectativa do Povo Brasileiro, que via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder”.²⁸

Essa primeira declaração pública da CNBB mostra o apoio explícito aos militares, ainda que, segundo Bruneau, o papel da Igreja no golpe, como fenômeno político, tivesse sido limitado.²⁹ No entanto, as “Marchas do Rosário”, realizadas desde fins de 1963 e cujo ápice foi a realizada em São Paulo no dia 19 de março de 1964, reunindo meio milhão de participantes, devem ser consideradas como um elemento importante na campanha pela derrubada de Jango. A Marcha de São Paulo, carregada de simbolismo religioso pois realizada no dia da festa de São José, patrono da família, terminou “com uma missa ‘pela salvação da democracia’, em que não faltaram críticas às reformas de base e aos riscos do comunismo ateu”.³⁰

Meu argumento é o de que o golpe de 1964 não pode ser atribuído como uma mera quartelada militar. Trata-se de uma intervenção fundamentada em elementos estruturais e conjunturais, como já apontados, mas que têm na cultura política autoritária e intervencionista das Forças Armadas brasileiras e no velho dilema de incorporação da classe trabalhadora³¹ no jogo político seus elementos explicativos fundamentais. Em outras palavras, o “perigo comunista” unificava discursos, práticas e representações de parcelas da sociedade em favor de uma intervenção para derrubar o presidente João Goulart. Mas eram a cultura política intervencionista das Forças Armadas – especialmente o exército –, as “agitações das ruas”, a politização da baixa oficialidade e a organização dos trabalhadores que mais preocupavam a “elite orgânica” que se formava em torno do golpe de 1964, como veremos a seguir.

Golpe de 1964: Radicalização política e intervencionismo militar.

Para além dos elementos estruturais, o golpe de 1964 no Brasil se ancorou numa narrativa anticomunista fortemente presente no contexto da “guerra fria”, envolvendo setores importantes

²⁶ *Ibid.*, p. 63.

²⁷ *Ibid.*, p. 58.

²⁸ “Declaração da CNBB sobre a situação nacional”, apud, LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 147.

²⁹ BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Editora Loyola, 1974, 213.

³⁰ CODATO, Adriano Nervo. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n° 47, 2004, p. 273.

³¹ Segundo Marcelo Badaró Mattos, o conceito “classes trabalhadoras”, no plural, era usado especialmente na Inglaterra para designar um conjunto heterogêneo de categorias profissionais. Após a década de 1840, especialmente a partir da leitura marxiana, o termo foi posto no singular, “classe trabalhadora” (ou proletariado), para designar não apenas um conjunto de categorias profissionais e o lugar que ocupavam na produção, como também as diversas formas de expressão política dos subalternos em oposição a seus exploradores. O termo “classe trabalhadora” utilizado neste trabalho parte desse pressuposto. Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

daquilo que poderíamos chamar de “sociedade civil”, a exemplo do apoio explícito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a grande maioria das empresas de notícia, além da “elite orgânica empresarial-militar” que se articulou como um bloco de poder fundamental para a preparação do golpe³². Mas quais eram os elementos constitutivos do golpe de 1 de abril de 1964?

O primeiro elemento diz respeito ao protagonismo político assumido pelos militares brasileiros após a segunda guerra mundial. Não que antes de 1945 os militares estivessem longe da arena política, muito pelo contrário. A proclamação da República “foi um fenômeno militar, em boa parte desvinculado do movimento republicano civil”³³. Depois ocorreram os movimentos tenentistas em diversos estados brasileiros que agitaram os quartéis (e as ruas) nos anos 1920, e que ajudaram a formar importantes lideranças políticas entre os militares que assumiram o poder com o golpe – militar! – de 1930, a despeito de uma certa memória que trata este golpe como sendo uma revolução. O Estado Novo foi instaurado em 1937 por outra medida de força dos militares, dando início a uma ditadura chefiada por um civil, Getúlio Vargas, que só deixaria o poder depois de deposto em outubro de 1945, ato que seria “o primeiro golpe planejado em conjunto pelas três instituições militares – Exército, Marinha e Aeronáutica”³⁴. A diferença é que até o fim da segunda guerra as intervenções militares ocorriam como uma espécie de “poder moderador”, uma forma de agir em que os grupos civis (as elites econômicas principalmente) incentivavam (quando não patrocinavam) intervenções militares numa espécie de ação “cirúrgica”, rápida, de modo a dirimir conflitos existentes.

A partir da segunda guerra, especialmente após a criação da Escola Superior de Guerra organizada a partir do “envio de uma missão conselheira norte-americana que permaneceu no Brasil entre 1948 a 1960”³⁵, e que funcionou como um centro de formação de lideranças militares, grande parte da oficialidade brasileira será marcada pela influência da Doutrina de Segurança Nacional, cujo sentido fundamental era o combate aos “inimigos externos e internos”. A partir de 1945, o Exército tornara-se “uma força autônoma, intervencionista, convicta de ser a única em condições de formar uma elite bem treinada, com visão nacional e preparada para atuar na cena pública”³⁶. O protagonismo político dos militares pode ser compreendido pela participação de oficiais, não só do Exército, nas eleições presidenciais entre 1945 e 1960. Em 2 de dezembro de 1945, o general Eurico Gaspar Dutra, da coligação PSD-PTB³⁷, elegeu-se presidente vencendo o brigadeiro Eduardo Gomes da União Democrática Nacional (UDN)³⁸. Gomes disputaria (e perderia) novamente as eleições de 1950, vencida pelo ex-presidente Getúlio Vargas com 48,7% dos votos. Na última eleição presidencial antes do golpe, realizada em 1960, o general legalista Henrique Teixeira Lott disputou pela coligação PSD/PTB o pleito daquele ano, mas acabou sendo derrotado pela candidatura conservadora de Jânio Quadros, encabeçada pela UDN. Lott notabilizou-se pela intervenção na tentativa frustrada de golpe militar que visava impedir a posse de Juscelino Kubitschek, que vencera a eleição presidencial de 1955, após sucessivas

³² DREIFUSS, *op.cit.*

³³ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 35.

³⁴ SCHWARCZ, Lília M; STARLING, Heloisa M. *Brasil – uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 388.

³⁵ STEPAN: 1975, *op.cit.*, p. 129.

³⁶ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 387.

³⁷ O Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foram formados com a redemocratização do país após a deposição de Vargas em 1945. O primeiro agregava as elites políticas estaduais, algumas das quais haviam se fortalecido no Estado Novo e mantiveram suas bases eleitorais. Já o PTB fora criado por via da estrutura sindical forjada após 1942. Ambos os partidos, portanto, de alguma forma, foram formados a partir da influência de Getúlio Vargas.

³⁸ A União Democrática Nacional (UDN), por sua vez, aglutinava os setores à direita do espectro político contrários ao projeto getulista de incorporação dos trabalhadores no jogo político, ainda que de maneira tutelada. Reunia empresários, setores das classes médias urbanas e militares. Era conservador nos costumes e liberal na economia.

crises políticas que antecederam aquele pleito, cujo ápice foi o suicídio de Getúlio Vargas em agosto de 1954.

Mas a mudança de perfil e o protagonismo das Forças Armadas no processo político brasileiro não são os únicos elementos explicativos para o golpe de 1 de abril de 1964 se quisermos analisá-lo em sua totalidade. Há elementos estruturais, diferenças de modelos de desenvolvimento e projetos distintos de país que se chocavam no parlamento, nas ruas e nos quartéis. Segundo Ângela de Castro Gomes, o “pacto trabalhista” estabelecido após 1942, na esteira das mudanças de orientação política durante o Estado Novo (1937-1945), significou “uma transformação nas relações entre Estado e sociedade, redefinindo discursos e práticas e abarcando a questão da incorporação da classe trabalhadora ao cenário político do país”³⁹. Este é o elemento chave, a meu ver, para a compreensão do golpe de 1 de abril de 1964: como resolver a luta por direitos por parte da classe trabalhadora organizada. País com tradição escravocrata, cujas decisões políticas foram tradicionalmente tomadas por homens brancos em torno das mesas da “Casa Grande” e dos palácios governamentais, as lutas dos subalternos pelo direito à terra – como nas guerras de Canudos ou do Contestado no início da República – ou por melhores condições de trabalho e salário, a exemplo da greve geral de 1917, foram sempre tratadas com muita violência. Em outras palavras, “questão social”, isto é, a luta por direitos, continuava (e em grande medida continua!) a ser tratada como “caso de polícia”. Vargas estabelece um novo arranjo ao tratar a questão social como caso de política, numa espécie de “pacto” entre Estado e povo/classe trabalhadora no Brasil através de “uma articulação entre investimentos de mobilização e controle social”⁴⁰. Evidentemente, trata-se de um modelo autoritário, que visava tutelar a classe trabalhadora por meio de um mecanismo que seria ao mesmo tempo simbólico e organizacional. No primeiro caso, através da criação “de um cuidadoso discurso de propaganda do regime, que marcaria profundamente a cultura política brasileira desde então”. Do ponto de vista organizacional, fora criado “um instrumental institucional em que uma das faces é o modelo de sindicalismo corporativo, e a outra, seu acoplamento a um sistema político-partidário”⁴¹.

Este é, portanto, o segundo elemento fundamental para pensarmos o problema aqui colocado, qual seja, o lugar da classe trabalhadora no processo político. Cláudio Batalha considera que a formação da classe operária brasileira não é derivada unicamente do surgimento da indústria, nem tampouco da oposição entre trabalho escravo e livre.⁴² Dessa forma, acredito que as mudanças estruturais de qualquer ordem, embora fundamentais, não podem ser usadas unicamente para explicar os fenômenos sociais nem a totalidade das transformações ocorridas na história. Considero, portanto, as observações feitas por E. P. Thompson ao discutir o conceito de classe a partir da dimensão heterogênea das atividades econômicas de grupos de interesse, em oposição a interesses de outros grupos, a partir da consciência de uma identidade comum. Ao analisar o surgimento da classe operária, procurou compreender o “fazer-se” da classe enquanto “fenômeno tanto da história política e cultural quanto da econômica”. E reforça seu argumento, ao afirmar que a classe operária “não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. Nem devemos imaginar uma força exterior – a revolução industrial – atuando sobre um material bruto [...]. A classe operária formou a si própria tanto quanto foi

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. [orgs] *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 55.

⁴⁰ GOMES, *op. cit.*, p. 55-58.

⁴¹ *Ibid.*, p. 61-63.

⁴² BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 167-168.

formada”⁴³. Para Thompson, portanto, classe “é uma categoria histórica”, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo: “[...] Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista”⁴⁴. Dessa forma classe é não somente o lugar que o indivíduo ocupa na produção. Classe se define nas relações sociais de produção, bem como “nas redes familiares, nas experiências comuns herdadas ou partilhadas”. Em suma, “a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais”, observa Thompson. Em outras palavras, a classe se forma na luta cotidiana pela preservação dos modos de vida que dão aos grupos sociais uma noção de pertencimento, não existindo classe sem consciência de classe, isto é, “uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe”⁴⁵.

Com a redemocratização em 1945, ocorre a crise do pacto trabalhista estabelecido no Estado Novo que procurava conciliar interesses antagônicos de classe, através da “mediação” entre o capital e o trabalho feita pelo Estado. Os trabalhadores, na cidade e no campo, passaram a (re) construir formas autônomas de organização e luta, desvencilhando-se aos poucos das amarras impostas pelo “pacto trabalhista”. A greve dos 300 mil, ocorrida em março de 1953 e “coordenada pelos cinco maiores sindicatos de São Paulo: têxtil, metalúrgicos, gráficos, vidraceiros e marceneiros [...]”, teve a adesão de estudantes e contribuiu para a formação da primeira intersindical, o embrião do que seria o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)⁴⁶. No campo, as Ligas Camponesas desafiavam a secular concentração fundiária, herança de uma estrutura colonial centrada no latifúndio. Para as elites econômicas e militares, haveria alguns limites no “pacto trabalhista”: a concentração da terra, o lucro das empresas e a “paz social”. Neste sentido, as greves de operários por melhores condições de trabalho e as ocupações de terra seriam uma clara sinalização de um risco de “cubanização”, ou, no mínimo, o risco de se criar no Brasil uma “República sindicalista”, a exemplo do “peronismo” na Argentina.

O pano de fundo para essa questão seriam as contradições estruturais inerentes ao modelo populista de conciliação interclassista. Estava em questão o impasse em torno das disputas políticas entre o nacional-reformismo alicerçado nas massas mobilizadas e na pequena e média burguesia industrial, contra o novo bloco de poder político-militar-empresarial que se forma desde o governo JK. Os atores em disputa não aceitavam mais conciliar a incompatibilidade de interesses entre o capital e o trabalho. Estava em disputa um modelo de desenvolvimento alicerçado numa economia redistributiva, contra um outro modelo, concentracionista e alicerçado no capital multinacional e associado. Numa pesquisa realizada em 1964 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro “envolvendo um grupo de 276 bilionários atuantes no Brasil aponta que, destes, 55 grupos de empresas foram considerados multibilionários, dos quais 31 (56,4%) eram multinacionais”. Essa mesma pesquisa apontou “que 62,5% dos grupos considerados ‘nacionais’ tinham alguma ligação com os grupos transnacionais”⁴⁷.

Essas contradições estruturais reverberavam em atitudes golpistas, veladas ou abertas. O mais radicalizado entre os civis, o jornalista Carlos Lacerda (UDN), traduzia assim o estado de ânimo das elites conservadoras em relação à eleição de 1950: “o sr. Getúlio Vargas, senador, não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar”⁴⁸. Após a renúncia do controverso

⁴³ THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987, vol. 1, p.17-18.

⁴⁴ THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e falsa consciência. In: NEGRO, Antônio L; SILVA, Sérgio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. – 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 277.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 279.

⁴⁶ SCHWARCZ, *op. cit.*, p.404

⁴⁷ DREIFUSS, *op. cit.*, p. 49.

⁴⁸ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 401.

presidente Jânio Quadros – eleito em 1960 por uma coligação liderada pela UDN –, uma crise política se instaura no país. A alta cúpula militar não aceitava a posse do vice-presidente João Goulart, ex-ministro do Trabalho de Vargas. A constituição brasileira determinava explicitamente que o vice-presidente deveria assumir em caso de renúncia presidencial, mas tal qual em momentos anteriores, os militares brasileiros se colocavam como poder acima da constituição e ameaçavam prender João Goulart, que no momento da renúncia estava fora do país em missão oficial. É nesse impasse que o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), surge no cenário político nacional. A partir do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, Brizola instituiu a “Rádio da Legalidade”, que transmitia do subsolo do prédio uma campanha em defesa do respeito à constituição, transmitindo programas 24 horas por dia, através de ondas curtas, “centralizando as transmissões de aproximadamente 150 outras rádios, e que era ouvida em todo o Brasil e exterior”. Mobilizou a Brigada Militar, além de distribuir armas aos funcionários. A decisão do III comandante do Exército e seu estado maior em favor da legalidade, e a ampliação da campanha para o Estado de Goiás, fizeram os ministros militares recuarem, mas a guerra civil havia se tornado uma possibilidade real. A saída negociada pelo presidente do congresso, Tancredo Neves, com João Goulart foi a aprovação de uma emenda constitucional que instituía o parlamentarismo no Brasil. Na prática, Goulart assumia com poderes diminuídos e com o sinal de golpe ligado.

Ao tomar posse em 7 de setembro de 1961, Jango, como era conhecido o agora presidente João Goulart, enfrentava uma grave crise econômica, em parte provocada pela exorbitante dívida contraída com a construção de Brasília, a nova capital do país. A alta da inflação e o aumento da dívida externa pioravam as condições de vida da classe trabalhadora. Não havia mais espaço, nem vontade, para negociar. A política ganhava definitivamente o espaço das ruas, com mobilizações, passeatas, greves, assembleias em bairros e ocupações de terra. Na outra ponta, o bloco de poder empresarial-militar se articulava em torno de dois instrumentos poderosos que iriam ter participação decisiva na movimentação golpista. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes), fundado no início de 1962 pelo general Golbery do Couto e Silva, tornou-se um instrumento importante para divulgação de um discurso antirreformista e anticomunista, articulando setores empresariais e militares na formação de uma nova elite política. Com muitos recursos, suas ideias foram publicadas em livros, jornais, filmes e panfletos, e contribuíram para formar uma narrativa em torno da qual os valores cristãos e democráticos da sociedade brasileira estariam em risco. Além do Ipes, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), fundado antes do início do governo Goulart, mas igualmente orientado pelo anticomunismo e antirreformismo, foi particularmente atuante na campanha eleitoral de 1962, quando os conservadores jogaram todas as suas fichas na tentativa de deter o avanço da esquerda pela via eleitoral⁴⁹. Há uma farta documentação comprovando que o complexo Ipes-Ibad era financiado por empresas nacionais e multinacionais para desestabilizar governos considerados inimigos, além de atuar na eleição de políticos ligados aos seus interesses de classe, com participação direta da agência de espionagem norte-americana, a CIA. Na “ordem do discurso” que serviria de fio condutor da narrativa golpista, constavam elementos como o combate à corrupção, a fraqueza de Jango, o populismo de esquerda, o risco de cubanização, o perigo comunista...

Há outro elemento importante em torno dessa disputa de projeto de país, de modelo de desenvolvimento e dos interesses de classe em disputa, que é o velho dilema da classe média em torno do medo da “proletarização”:

A classe média, ainda tributária do elitismo dos profissionais liberais que serviam às velhas oligarquias, acrescida de um novo grupo de profissionais assalariados ligados ao grande capital

⁴⁹ NAPOLITANO, *op. cit.*

multinacional, se viu apossada pela crise econômica, tornando seu eterno pesadelo do descenso social, a “proletarização”. [...] Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos “de baixo” é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social⁵⁰.

A crise institucional permanente vivida pelo governo Goulart desde a posse, com o parlamentarismo e o bloqueio do Congresso a projetos considerados “esquerdistas”, a exemplo da proposta de Reforma Agrária, levou o governo a uma opção ousada e arriscada: a mobilização das ruas. Apesar de viver sob forte oposição, especialmente da imprensa, Goulart gozava de uma considerável popularidade. Segundo dados do Ibope, 45% dos entrevistados consideravam o governo Jango como sendo ótimo ou bom. Além disso, o então presidente tinha 49% de intenção de voto para a eleição que deveria ocorrer em 1965, e 59% disseram ser a favor das Reformas de Base: “isolado, mas ainda dispendo de popularidade, o presidente João Goulart encaminhava-se para a política das ruas, dos comícios, das assembleias populares”⁵¹. Mas um golpe não se faz sem preparação, do contrário não atinge o seu objetivo, a exemplo das tentativas frustradas nos vários episódios anteriormente apontados. A senha foi dada pela imprensa através da criação da Rede da Democracia, nome dado ao consórcio de empresas de notícias que conspiravam abertamente contra o governo. Num famoso editorial do Jornal do Brasil, em setembro de 1963, publicava-se um verdadeiro ultimato: “antes que cheguemos à Revolução, digamos um BASTA! Digamos enquanto existem organizadas, coesas e disciplinadas as Forças Armadas brasileiras e democráticas, para sustentar pela presença de suas armas o próprio BASTA!”⁵².

O comício da Central do Brasil que anunciava o envio ao Congresso Nacional de um conjunto de propostas reunidas em torno das Reformas de Base iria radicalizar a política nas ruas e nos quartéis. Ocorrido em 13 de março de 1964 e mesmo com medidas de boicote do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, “que tentou esvaziar o comício decretando feriado na Guanabara e retirando ônibus das ruas”, mais de 200 mil pessoas se reuniram entre a estação de trem e o QG do Exército “para ouvir vários discursos e gritar palavras de ordem pelas reformas”⁵³. As propostas apontavam para reforma agrária e urbana, alteração na remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior, dentre outras medidas que, juntas, poderiam significar uma mudança nas estruturas da economia e da sociedade brasileira, fortemente marcada pela desigualdade. Em outras palavras, estava em discussão um projeto de país e de nação. Como resposta, os grupos conservadores disputaram as ruas, até então palco quase que exclusivo dos setores populares. No dia de São José, padroeiro da família, em 19 de março de 1964, uma manifestação patrocinada pelo Ipês e realizada em São Paulo protestava contra o suposto risco que corria a “tradicional família brasileira”, representado pelo governo Goulart e o “perigo comunista”. Intitulada Marcha com Deus pela Liberdade, “a manifestação contou com a presença maciça e liderança dos grupos femininos conservadores, algumas das altas patentes militares, um estrato considerável do conservadorismo político, além de importantes representações do clero tradicional”⁵⁴. Estimada em 500 mil pessoas, nessa marcha “patroas de cabelo com laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo”⁵⁵. A luta de narrativas ganhava as ruas e Goulart se viu cada vez mais acuado. O general Mourão inicia um

⁵⁰ *Ibid.*, p. 46-47.

⁵¹ *Ibid.*, p. 47.

⁵² *Ibid.*, p. 45.

⁵³ *Ibid.*, p. 53.

⁵⁴ PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. [orgs.] *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 77.

⁵⁵ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 54.

movimento de rebelião que, segundo a grande maioria dos historiadores, não tinha sido coordenado pelo conjunto das Forças Armadas. Havia um golpe em preparação, mas a saída das tropas do Exército de Minas Gerais em direção ao Rio de Janeiro, sob o comando do general Olímpio Mourão e as bênçãos do governador mineiro Magalhães Pinto não estava plenamente acordada. No dia 1 de abril, “a rebelião militar se ampliou, enquanto a esquerda esperava uma ordem para reagir, que nunca viria”⁵⁶. Enquanto isso, preparava-se um plano de contingência para combater qualquer possibilidade de insurgência, plano traçado pelos norte-americanos que ficou posteriormente conhecido como Operação Brother Sam, e que incluía assistência de inteligência, armas e a possibilidade de manobras militares nas costas brasileiras⁵⁷. A intenção era garantir um certo “reconhecimento internacional” ao movimento golpista. Na ausência da resistência, como ocorrera na campanha pela legalidade em 1961, o golpe militar se consolidava ao ganhar apoio institucional: após a movimentação de tropas, “na noite de 2 de abril de 1964, em franco desrespeito à Constituição que afirmavam defender, as forças conservadoras do Congresso Nacional declararam a ‘vacância’ da presidência da República”⁵⁸, ainda que o presidente estivesse em território nacional. Em 11 de abril de 1964, numa eleição indireta, o general Castelo Branco é eleito presidente pelo Congresso Nacional.

Ecoss do golpe: a ditadura e suas contradições.

Eduardo Galeano certa vez escreveu que “se a contradição for o pulmão da história, o paradoxo deverá ser, penso eu, o espelho que a história usa para debochar de nós”⁵⁹. No “carnaval das direitas”, termo usado por Marcos Napolitano para definir o golpe de 1964, muitos comemoraram de maneira entusiasmada a deposição de Goulart, para, não muito tempo depois, perceberem que a farsa se transformaria em tragédia numa espécie de “catarse coletiva”. Após a deposição do governo em 1964, como vimos, várias entidades representativas da “sociedade civil”, deram vivas à “Revolução”. As marchadeiras e o clero conservador, de terço na mão, continuavam suas manifestações de celebração do golpe reproduzindo em escala nacional a Marcha com Deus pela Liberdade ocorrida em São Paulo. Foram registradas 69 marchas entre março e junho de 1964, a maioria (80%) ocorrida depois do golpe, numa tentativa de dar legitimidade “popular” aos militares⁶⁰. Essas manifestações de rua contaram com o apoio financeiro e logístico do complexo Ipes/Ibad, que também financiava o Centro Dom Vital, da qual Gustavo Corção, intelectual católico de extrema direita, era líder importante, além de ter possibilitado “uma ligação significativa com a organização tecno-clerical de direita Opus Dei”⁶¹.

Mas as lideranças civis que apoiaram o golpe não demoraram a perceber que dessa vez a cúpula militar, ainda que dividida em diversos grupos, não estava disposta a devolver o poder aos grupos políticos civis. Compreenderam que não se tratava de uma depuração tática, mas de um movimento estratégico que logo se transformaria num projeto de poder de longo prazo. A estratégia começou a ser entendida pelo alcance da repressão política que se seguiu ao golpe. Além dos inimigos preferenciais de sempre, os militantes de grupos de esquerda, as prisões e torturas alcançaram amplas parcelas da sociedade. Havia, como desdobramento da deposição de Goulart, “pelo menos 300 leigos e membros do clero na prisão”⁶². No momento imediatamente posterior ao golpe, enquanto se celebrava nas ruas a

⁵⁶ *Ibid.*, p. 64.

⁵⁷ FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

⁵⁸ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 67.

⁵⁹ GALEANO, Eduardo. *O Livro dos abraços*. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 67.

⁶⁰ PRESOT, *op. cit.*, p. 82-86.

⁶¹ DREIFUSS, *op. cit.*, p. 103.

⁶² BRUNEAU, *op. cit.*, p. 205.

preservação dos “valores tradicionais cristãos – o terço e o rosário, o matrimônio, a família”⁶³, supostamente ameaçados pelo “perigo vermelho” –, os militares “começaram a prender militantes do Movimento de Educação de Base e da Ação Católica mais diretamente implicados na criação de sindicatos camponeses”⁶⁴.

Os dados da Comissão Nacional da Verdade, responsável por identificar as vítimas de violações durante a ditadura através de diversos casos de prisão, torturas, assassinatos, perseguições no emprego, banimento ou desaparecimento, indicam que diversas categorias profissionais foram perseguidas, especialmente aquelas com representação sindical atuante nos anos anteriores a 1964. Aniquilar os focos de resistência ao novo regime passava também por uma “limpeza” nas próprias fileiras das Forças Armadas, com prisões, expulsões ou aposentadoria forçada de soldados e oficiais⁶⁵. Ato contínuo ao golpe, o “Comando Supremo da Revolução”, formado por representantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, iniciou um processo de perseguição política que incluía a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para punir funcionários públicos em geral, e militares “suspeitos” em particular, em processos que não davam direito a recurso: “entre 1964 e 1973, milhares de brasileiros foram atingidos pelos expurgos. Estima-se que 4891 pessoas perderam direitos políticos ou foram cassadas, aposentadas ou demitidas pela ditadura”⁶⁶.

Em nome da Segurança Nacional, o Estado brasileiro passou a restringir cada vez mais a participação política, incluindo aí tanto a proibição de greves e de manifestações públicas de trabalhadores e estudantes, quanto a cassação de mandatos de parlamentares que de alguma forma ameaçassem os preceitos da “revolução”. Mesmo políticos que apoiaram com entusiasmo a deposição de João Goulart, como Carlos Lacerda, tiveram seus projetos de poder frustrados pelas manobras da ditadura. O fim da eleição direta para a escolha do próximo presidente, que deveria ocorrer em 1965, “colocou um ponto final nas pretensões de Lacerda” em disputar a presidência pelo voto popular⁶⁷. Tratou então de articular, com antigos inimigos políticos, uma impensada unidade de ação tática e eleitoral, a Frente Ampla, reunindo, no mesmo movimento, Juscelino Kubitschek, o próprio Lacerda e João Goulart. Era uma forma de romper com as amarras criadas pelo novo sistema partidário, o bipartidarismo, sistema que permitiu a existência de dois únicos partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que reunia as lideranças políticas que davam apoio à “revolução”; e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), representado pelos políticos de oposição que não foram cassados ou que não conseguiram espaço na ARENA.

Enquanto a maior parte dos udenistas aderiu ao “partido dos militares” – a ARENA, o grupo de Lacerda filiou-se ao MDB para fazer oposição à ditadura. O regime usava a imprensa, quase toda adesaista aos novos donos do poder, para evidenciar as contradições inerentes a uma frente de antigos inimigos, de modo a desqualificar as articulações em torno de uma alternativa política aos militares e seus apoiadores⁶⁸. A oposição representada pela Frente Ampla foi resolvida pelo *modus operandi* preferencial dos governos militares: a proibição através da ilegalidade. Em 5 de abril de 1968, o Ministério da Justiça proibiu todas as atividades da Frente Ampla, pondo fim a um dos últimos recursos de combate à ditadura pela via institucional⁶⁹.

⁶³ CODATO, *op. cit.*, p. 273.

⁶⁴ ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, p. 184.

⁶⁵ VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. “A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964”. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006, p. 155-166.

⁶⁶ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 457.

⁶⁷ CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

⁶⁸ O *Globo*. “O povo tem boa memória e não aceita a união dos contrários”. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1966, Geral, p. 1.

⁶⁹ O *Globo*. “Frente Ampla fora da lei”. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1968, Primeira Página, p. 1.

A medida adotada pelo Ministério da Justiça ocorreu dias depois do assassinato do estudante Edson Luís, baleado pela polícia numa manifestação no Rio de Janeiro, em março de 1968. A partir daí, o movimento estudantil passou a organizar grandes passeatas de protestos contra a ditadura, contando com apoios de artistas, religiosos, intelectuais e do povo em geral. Em 21 de junho de 1968, “populares e estudantes enfrentaram a polícia e os agentes do Dops, com saldo de 4 mortos e 23 baleados, além de dezenas de feridos”⁷⁰. As manifestações estudantis continuaram a acontecer até serem expressamente proibidas pelo governo, o que não impediu que as agitações das ruas continuassem. Em São Paulo, alunos da Faculdade Mackenzie ligados ao Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e contando com apoio de órgãos da repressão, enfrentaram os estudantes da vizinha Universidade de São Paulo, com muitos presos e feridos⁷¹. O Congresso clandestino para reativar a União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado em outubro de 1968, terminou com a prisão de quase 900 estudantes⁷². A política de austeridade implementada pelo governo do general-presidente Costa e Silva, incluindo aí o congelamento de salários, levou a greves de operários do setor metalúrgico em Contagem, em abril de 1968, e Osasco, em julho do mesmo ano, gerando repressões violentas por parte das forças policiais. Mais uma vez, lugar comum na história brasileira, questão social era tratada como caso de polícia. Na greve ocorrida em Osasco, a Polícia Militar de São Paulo ocupou a cidade e prendeu cerca de quatrocentos trabalhadores⁷³.

A resposta da ditadura para as agitações nas ruas e as sucessivas derrotas do governo no Congresso foi o endurecimento ainda maior do regime. O Conselho de Segurança Nacional decidiu pela edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), divulgado em cadeia nacional na noite de 13 de dezembro de 1968. Com isso, “estima-se que cerca de 500 cidadãos (sobretudo professores, jornalistas e diplomatas) tenham perdido direitos políticos, 5 juízes de instâncias superiores, 95 deputados e 4 senadores, seus mandatos”⁷⁴. O texto do ato nº 5 tem algumas passagens que parecem ter sido tiradas de um roteiro da tragicomédia brasileira. Ele supostamente viria ao encontro dos fundamentos da “revolução de 1964”, dentre os quais a defesa da “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade e no respeito à dignidade da pessoa humana”. A autêntica ordem democrática da ditadura significava a proibição de qualquer manifestação contrária ao regime nas ruas, nas universidades, nos jornais, no parlamento, nas Igrejas... Além disso, o presidente da República poderia intervir no poder legislativo, em todos os níveis, colocando o parlamento em recesso por tempo indeterminado, sem falar na possibilidade de intervenção nos estados e municípios “sem as limitações previstas na Constituição”⁷⁵. Já o termo “respeito à dignidade humana”, contido no decreto do AI-5, parece mesmo uma provocação considerando as centenas de mortos, desaparecidos e torturados durante a ditadura, dentre os quais muitos cristãos, como o padre Antônio Henrique Pereira da Silva Neto, auxiliar direto do arcebispo dom Hélder Câmara, sequestrado, torturado e morto em Recife na madrugada de 27 de maio de 1969; e de Frei Tito de Alencar, preso aos 24 anos em 1970, torturado e deportado para o Chile, e que viria a cometer suicídio anos depois⁷⁶.

Com os canais institucionais para a contestação ao regime fechados por uma ditadura cada vez mais repressiva, as oposições de esquerda continuavam a enfrentar seus velhos dilemas, numa espiral de crítica e autocrítica que antecede e atravessa o regime autoritário: “derrotar” ou “derrubar” a ditadura? A quem caberia a “culpa” pela derrota em 1964: a “covardia” de Goulart ou a estratégia política

⁷⁰ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 87.

⁷¹ VEJA. “A Incrível batalha dos estudantes”. Edição nº 5, 09/10/1968a.

⁷² VEJA. “Todos presos: assim acabou o congresso da UNE”. Edição nº 6, 16/10/1968b.

⁷³ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 452.

⁷⁴ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 94.

⁷⁵ ATO INSTITUCIONAL nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

⁷⁶ BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)? As cisões no PCB, que vêm desde os anos 1950 e que se acentuam em 1962, são demarcadas por diferenças da leitura daquela conjuntura e de como superá-la⁷⁷. Entre o reformismo institucional e cultural da via pacífica para a Revolução, adotadas pela direção majoritária do PCB, até as teses defensoras do foquismo ou maoísmo revolucionários, defendidas pelos diversos grupos que se formaram após as muitas cisões ocorridas no interior do “Partidão”⁷⁸, o fato é que a ditadura tinha como estratégia eliminar as oposições de esquerda sem deixar rastro.

A tragédia da repressão política atravessou todos os períodos da ditadura, incluindo aí o processo de “abertura lenta e gradual” do regime sob o governo Geisel que parte da memória liberal acredita ser menos autoritário, mas que ainda continuava a prender, torturar e assassinar seus adversários políticos. Em outubro de 1975, o jornalista Vlado Herzog foi assassinado nas dependências do DOI-CODI em São Paulo. Um ano depois, também em São Paulo, quase todo o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil foi assassinado quando fazia uma reunião na capital paulista. Entre os mortos no *Massacre da Lapa*, estava o paraense Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar⁷⁹. Prisões ilegais, torturas e sequestros se tornaram lugar comum na ditadura, que acabou por institucionalizar práticas de repressão já existentes mas que se generalizavam no país, como podemos observar no monumental trabalho produzido pela Arquidiocese de São Paulo sobre as violações dos direitos humanos cometidas durante a ditadura, incluindo aí a produção de depoimentos forjados e confissões falsas, na medida em que “[...] depois de 1964, o inquérito policial-militar sempre teve um caráter inquisitorial e se desenvolveu sigilosamente, com o réu incomunicável, submetido a violências físicas, morais e psicológicas, e ainda assim seus resultados representaram o alicerce principal das decisões judiciais⁸⁰.

Outra dimensão das contradições da ditadura diz respeito ao crescimento das disparidades econômicas entre a população brasileira, apesar de um eficiente sistema de propaganda oficial divulgar a imagem de um país “gigante pela própria natureza”, o que o historiador Carlos Fico denominou de “reinvenção do otimismo”⁸¹. Na esteira do que se convencionou chamar de “milagre econômico” (1968-1973), momento de crescimento da economia brasileira em níveis superiores ao período 1962-1967, dentro de uma lógica econômica concentracionista e atrelada ao capital externo, o otimismo ganhou força ainda maior com a melhora nos níveis de desenvolvimento econômico. O ufanismo em torno do discurso do Brasil como o “país do futuro” estava assentado nos índices de crescimento da renda per capita de 2,1% entre 1962-67, para 7,3% entre 1967-73, além da diminuição da taxa de inflação de 53,7% para 19,1% no mesmo período⁸². Um dos elementos importantes do crescimento econômico observado nesse período foi a implantação de um sistema de crédito de longo prazo, a exemplo do crédito imobiliário para a aquisição de moradias através do Banco Nacional de Habitação – BNH, ou de apartamentos para a classe média, sem falar nos empresários concedidos ao setor da construção civil beneficiado com créditos a juros subsidiados.

O “milagre” começou a apresentar sinais de esgotamento em razão da crise do petróleo de 1973, quando os países árabes exportadores decidiram suspender a venda do produto aos aliados de

⁷⁷ RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

⁷⁸ SILVA, Antonio Ozai da. *História das Tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. 2ª edição, São Paulo: edição do autor, 1987.

⁷⁹ POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar – uma vida em vermelho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.

⁸⁰ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 213.

⁸¹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

⁸² VELOSO, Fernando A., VILELA, André, GIANBIARGI Fabio. “Determinantes do ‘Milagre’ Econômico Brasileiro (1968-1973): uma análise empírica”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221–246, abr-jun, 2008.

Israel. No caso brasileiro, a crise do petróleo incidiu sobre a inflação, já que a infraestrutura interna de transporte e energia estava defasada em relação ao ritmo de crescimento econômico⁸³. Nos anos subsequentes, a crise econômica atingiu altos índices de inflação, atingindo em 1977 um nível de 43%, o triplo do observado em 1973. Segundo reportagem do semanário *Veja*, nos últimos quatro meses do ano de 1977, “só no vale do rio Araguaia [...] seis fazendas despediram um total de 12000 trabalhadores. A maioria deles, nordestinos, está voltando à terra natal, enquanto outros vão tentar a sorte no Pará”⁸⁴. Uma outra reportagem, publicada em 1981, aponta que o desemprego atingia 1 milhão de trabalhadores, especialmente nos grandes centros urbanos, “o maior caso de demissões já visto em toda a história econômica do país”, sendo que só a montadora Mercedes-Benz havia demitido 5200 funcionários de uma só vez⁸⁵. Posteriormente, foi descoberta a manipulação dos dados da inflação desde o ano de 1974, distorções que encobriam a realidade vivida pelo crescente número de desempregados e pela perda do poder aquisitivo: faltava comida na mesa. O aumento da “carestia”, termo comum usado na época para designar a perda do poder de compra do trabalhador, foi um elemento importante de pressão popular sobre a ditadura. Nas disputas entre os grupos militares, estava em questão a forma mais adequada de retorno à democracia, já que o desgaste econômico e as repercussões cada vez maiores de casos de repressão, especialmente as torturas e assassinatos cometidos contra cidadãos presos e desarmados, abalaram o apoio popular ao regime autoritário.

Durante o governo do general Ernesto Geisel (1975-1979), parte da historiografia, especialmente aquela produzida por *brasilianistas*, defendia a tese de que o tempo do retorno à democracia dependeria muito mais das disputas internas entre os militares do que por pressões da sociedade, disputas que tinham como norte “assegurar de maneira mais habilidosa o controle militar a longo prazo”⁸⁶. Segundo Della Cava, “em nenhum momento essa política [distensão/abertura], ou as modificações subsequentes que sofreu, pretendeu de fato devolver o poder Executivo do governo ao controle civil antes de meados da década de 1990”. O grande entrave, segundo Thomas Skidmore, seria estabelecido pelos militares *linha-dura*, “que poderiam se opor e talvez mesmo sabotar qualquer liberalização. Havia especulação para saber até que ponto o presidente de fato controlava o aparato de segurança”⁸⁷.

Os dilemas da transição para a democracia

O general João Batista Figueiredo, último presidente militar e ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) entre 1974-1978, toma posse em 15 de março de 1979, ano em que alguns dos pilares institucionais da ditadura começam a cair. O mais importante, o AI-5, já havia sido revogado através da Emenda Constitucional nº 5, em setembro de 1978. Em agosto de 1979, a Lei da Anistia possibilita a “volta do irmão do Henfil” e tantos outros cidadãos brasileiros banidos pela ditadura: Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola... a lista de banidos é extensa. Vale ressaltar, no entanto, que a anistia não foi uma decisão espontânea da ditadura. Em 1975, mães, mulheres e filhas de presos e desaparecidos criaram o Movimento Feminino pela Anistia. Em 1978, surgiu uma organização

⁸³ SINGER, Paul. “O processo econômico”. In: REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

⁸⁴ *VEJA*. “O velho tema volta à cena”. Edição nº 483, 07 de dezembro de 1977.

⁸⁵ *VEJA*. “A fúria do desemprego”. Edição nº 676, 16 de agosto de 1981.

⁸⁶ DELLA CAVA, Ralph. “A Igreja e a abertura, 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 238.

⁸⁷ SKIDMORE, Thomas E. “A abertura do autoritarismo: origens e dinâmicas. A lenta via brasileira para a democratização 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 38

maior, o Comitê Brasileiro pela Anistia⁸⁸, que contava com representação em todos os estados brasileiros, além do exterior. O comitê contou com apoio de entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), essas duas últimas, vale lembrar, haviam declarado apoio ao golpe de 1964.

Além de mudanças no plano político institucional, o final da década de 1970 também foi marcado por grandes manifestações populares, exigindo liberdade de organização e manifestação, além de críticas à política econômica recessiva da ditadura, que impôs duras medidas de controle de preços e congelamento de salários, gerando uma reação em massa de operários, a começar pela questão da proibição das greves imposta pela ditadura. O ponto de partida foi o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a partir do questionamento dos índices de reajuste salarial indicados pelo governo. O sindicato dos metalúrgicos inicia uma campanha salarial de 34% de reposição devido à perda real de padrão de consumo, comunicando à Justiça do Trabalho que não aceitava a proposta do governo⁸⁹. Entre 1979 e 1981, “houve uma primeira onda grevista, atingindo todos os estados da Federação. Os trabalhadores tentavam melhorar seus ganhos frente à inflação descontrolada”⁹⁰. Em fevereiro de 1980, “o Tribunal Militar Regional condenou 11 líderes sindicais por violação da Lei de Segurança Nacional [...]”, entre eles a principal liderança do movimento, Luís Inácio da Sila, o Lula. Além disso, “muitos dos líderes das ações grevistas anteriores tinham sido despedidos, uma vez que as leis existentes davam pouca atenção contra a retaliação dos empresários”⁹¹. A Lei de Segurança Nacional continuava em vigor, especialmente no que se refere às manifestações e organizações populares. A retomada da luta sindical e a contestação ao governo nas ruas eram tratadas, ainda, como crimes contra a segurança.

Para Margaret Keck, “a reivindicação de autonomia tornou-se a palavra de ordem para uma mobilização mais ampla e para o desenvolvimento de novos tipos de reivindicações e de organização” no interior do movimento sindical a partir da década de 1970. Para a autora em questão, “a autonomia implicava muito mais do que a revisão da legislação: significava o direito dos trabalhadores determinarem as suas próprias formas de organização e estratégias”. Nesse sentido, “a questão dos direitos do trabalho encaminhava-se para uma discussão mais ampla de relações políticas em toda a sociedade”⁹². É nesse ponto, a autonomia do movimento dos trabalhadores frente ao Estado e aos patrões, e a ampliação das pautas de reivindicações para além do debate restrito aos aspectos do trabalho, que se deve compreender o nível de enfrentamento social e político do movimento de trabalhadores em relação ao poder ordinário institucionalizado por práticas enraizadas no clientelismo, paternalismo e autoritarismo, conformando a tríade da cultura política do poder instituído em relação aos subalternos.

A Lei de Reforma Partidária, aprovada pelo Congresso em novembro de 1979, fazia parte da estratégia do governo militar de repartir a oposição para concentrar a situação em torno de um único partido: o PDS, Partido Democrático Social, novo nome da ARENA. A oposição se fragmentou em diversos partidos, sendo que o MDB acrescentou o P de partido na sigla, como obrigava a nova regra do jogo eleitoral. Leonel Brizola não conseguiu recuperar a sigla do antigo PTB, e por isso fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Os partidos comunistas que atuaram na clandestinidade permaneceram sem o direito de registro eleitoral, e por isso grande parte de suas lideranças acabou por atuar no interior do PMDB, pelo menos até 1985, quando puderam finalmente registrar seus

⁸⁸ AGÊNCIA SENADO. “HÁ 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura”, Brasília, 2019.

⁸⁹ SINGER, *op. cit.*, p. 207.

⁹⁰ REIS, Daniel Aarão. “A vida política”. In: REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 106.

⁹¹ SKIDMORE, *op. cit.*, p. 61.

⁹² KECK, Margaret. “O ‘novo sindicalismo’ na transição brasileira”. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 381-391.

respectivos partidos. A novidade foi a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), reunindo boa parte das lideranças surgidas nas greves e movimentos operários daquele período, alguns intelectuais e setores populares organizados em torno da esquerda católica, especialmente as lideranças surgidas das experiências das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Em 1982, naquela que seria a primeira eleição direta para governadores desde 1965, e que também elegeria a nova representação parlamentar no congresso, o PDS fez doze governos estaduais, especialmente no Nordeste. As oposições ganharam em dez estados, incluindo aí o Rio de Janeiro, elegendo Leonel Brizola como governador⁹³. Para o governo, as eleições mostraram o tamanho do estrago provocado pela crise econômica, embora o novo partido da ordem, o PDS, tenha conseguido quase 50% das cadeiras da câmara e a maioria dos deputados estaduais em grande parte das assembleias estaduais, o que lhe dava maioria no futuro Colégio Eleitoral para eleger o presidente da República. A composição da câmara ficou distribuída da seguinte forma: PDS (235), PMDB (200), PDT (23), PTB (13) e PT (8) deputados. No caso do PMDB, Tancredo Neves, uma antiga liderança que havia negociado a saída parlamentarista para a crise política de 1961, procurava cooptar parte de antigos membros da ARENA, ampliando as chances de eleger-se presidente nas eleições indiretas, além de isolar a esquerda do partido contrária a sua política de conciliação.

O velho pacto dos que moram no topo do edifício social estava bem encaminhado, quase pronto, se não fossem os protestos de rua que voltaram a perturbar a ordem estabelecida pelas elites. A crise econômica levou parte da população de São Paulo, desempregada e faminta, a ações diretas de saques e motins, iniciados no bairro de Santo Amaro e que logo se espalharam pela cidade. O início dos protestos se deu em frente a uma fábrica que teria anunciado a oferta de 300 empregos, um boato que reuniu centenas de desempregados. A multidão enfurecida resolveu partir em passeata até o centro. No meio do caminho a revolta se transformou em saques a lojas e mercados e se espalhou pela cidade. Foram quatro dias da “greve da fome”, duramente reprimida e que não contava com nenhuma liderança organizada. O saldo: “40 km de ruas e avenidas atingidas pelos distúrbios, 500 detidos, 127 feridos, 23 veículos destruídos e 1 morto. Já o saldo psicológico sobre as elites e uma classe média assustada era bem maior que tudo isso. Prenunciava-se o “grande medo” das multidões em fúria, sinal de crises sociais e políticas maiores”⁹⁴.

Após os “protestos de fome”, a recém-criada Central Única dos Trabalhadores (CUT) tentou dar direção à insatisfação popular, organizando uma greve geral em junho de 1983. Ainda que não tivesse tido o resultado esperado, a greve geral era a sinalização clara de que os setores políticos mais à esquerda não assistiriam à transição política da ditadura passivamente, e por isso resolveram botar o “bloco na rua”. Para a direita liberal e moderada, capitaneada por figuras como Franco Montoro e Ulysses Guimarães, era necessário disputar as ruas, mas dentro de um padrão “civilizado”, em clima de “festa cívica”. Apostaram na defesa da proposta de emenda parlamentar apresentada pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB) para a realização de eleições diretas para presidente. Para os militares, duas propostas se apresentavam: manter as coisas como estavam, ou seja, realizar a escolha do sucessor de Figueiredo através de eleição indireta no Colégio Eleitoral, ou prorrogar por mais dois anos o mandato do atual presidente para melhor controlar a transição para democracia. O apoio popular à proposta das Diretas Já!, com realização de comícios com milhares de pessoas, pareceu aproximar, mais uma vez, a política das ruas:

O clima de “festa cívica”, amplamente alardeado pela imprensa, parecia a antítese da multidão caótica e furiosa dos saques que tinha sacudido as cidades brasileiras menos de um ano antes. [...] A

⁹³ REIS, *op. cit.*, p. 105.

⁹⁴ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 305.

catarse proporcionada pela política servia para aliviar as tensões socioeconômicas e projetar um futuro no qual todos os problemas seriam resolvidos pela livre escolha do próximo presidente da República⁹⁵.

Mas a “festa cívica” se transformou em velório. As ruas deram o seu recado, mas a decisão não caberia aos milhões de brasileiros mobilizados em torno das Diretas Já! Caberia ao Congresso decidir, e a emenda acabou sendo rejeitada. As ruas foram silenciadas e a escolha do sucessor do último general-presidente foi feita pelo mesmo modo desde o início da ditadura. A diferença, é que o novo arranjo político possibilitou a vitória de Tancredo Neves do MDB. Nesse arranjo, um antigo membro da ARENA, José Sarney, ficaria na vice-presidência, dando início ao que se chamaria de Nova República.

Fazer uma transição controlada para a democracia fazia parte de uma estratégia da maior parte do novo bloco de poder que se formava no final da ditadura. O MDB dividia-se entre “moderados” e “autênticos”, cujas diferenças de fundo orbitavam em torno da proposta de uma nova constituinte – que acabou sendo adiada para 1988 –, e os riscos de politização das ruas. Em outras palavras, seria necessária uma espécie de “repactuação por cima”, deixando os setores populares de fora do processo decisório sobre o rumo que o processo de abertura deveria tomar. Para isso, articulava-se uma ampla frente para a entrega do poder político formal aos “civis”, sem desestruturar por completo os sistemas de controle criados na ditadura. O Serviço Nacional de Informações (SNI), ainda que reformado em seu modelo inicial, sobreviveria até 1990. Neste sentido, a mudança de posição dos EUA durante o governo Carter (1977-1981), com críticas públicas às ditaduras latino-americanas, foi determinante para que muitos empresários brasileiros aderissem com entusiasmo à reabertura política, desde que preservados seus interesses de classe. Para o empresariado brasileiro, alinhado automaticamente às posições dos norte-americanos, “o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil”.

A propaganda ufanista em torno do “milagre econômico” dava lugar ao desemprego e à desigualdade, esta última amplificada por uma inflação que não parava de crescer: “chegou aos 110%, marca histórica de 1964, índice amplamente alardeado como um dos motivos da queda de João Goulart”. Além disso, “em 1982, o custo da dívida consumia mais de 90% das exportações brasileiras”⁹⁶. Para os bancos internacionais, no entanto, o “milagre” brasileiro não tinha prazo de validade: “em 1977, o Citybank revelou que obteve no país 20% dos lucros, mais até que nos EUA”⁹⁷. A concentração de renda, o aumento da dívida externa e a perda de poder de compra da classe trabalhadora não são os únicos elementos constitutivos da tragédia. O analfabetismo representava, em 1960, 40% da população acima dos 15 anos de idade e, em 1980 “os quase 19 milhões de analfabetos representavam um quarto da população nacional. Nessa época, o Brasil se via em indesejável posição: atrás do Equador e um pouco à frente da Bolívia, os últimos colocados na América Latina em termos de analfabetismo”⁹⁸.

Muitos dos que dançaram nas festas em comemoração à vitoriosa “revolução democrática de 1964”, passaram a acompanhar as inúmeras missas campais em homenagem aos milhares de presos, exilados, torturados, mortos e desaparecidos da ditadura, atos religiosos realizados por uma Igreja que havia mudado sua condição inicial de apoiadora do golpe, tornando-se um dos principais canais de contestação do regime. O *Jornal do Brasil*, que em 1963 publicou em editorial um *Basta!* ao governo Goulart, num chamamento claro por uma intervenção militar, levou às bancas de jornais em 14 de dezembro de 1968, um dia após o decreto do AI-5, “uma edição cuidadosamente planejada para

⁹⁵ *Ibid.*, p. 308.

⁹⁶ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 255-256

⁹⁷ SINGER, *op. cit.*, p. 212

⁹⁸ KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco. “População e sociedade”. In: REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014, p. 580.

provocar estranheza. Entre as bizarrices, o jornal estampou o aviso ‘Ontem foi o dia dos cegos’ [...]’, além de anunciar, na primeira página, expressões como “Temperatura sufocante. O ar está irrespirável, o país está sendo varrido por fortes ventos”, numa clara demonstração de reprovação da medida autoritária tomada no dia anterior⁹⁹.

Se considerarmos somente o Ato Institucional nº 1, que vigorou entre 1964 e 1965, 2990 cidadãos sofreram algum tipo de perseguição no emprego, prisão ou demissão. Entre os militares, “os expurgos atingiram 43 generais, 542 oficiais de todas as patentes, 708 suboficiais e sargentos, e trinta soldados e marinheiros”¹⁰⁰. Particularmente desumano foi a violência da repressão contra as populações indígenas, conformando um conjunto de ações criminosas citadas no relatório produzido pelo procurador-geral da República, Jader de Figueiredo Correia, a pedido do Ministério do Interior. Descoberto em 2013, e contendo “5 mil páginas e 29 tomos – das 7 mil páginas e trinta tomos que constavam na versão original”, o Relatório Figueiredo produzido em 1967 é uma descrição impressionante das visitas feitas a 130 postos indígenas em todo o país naquele ano. O conteúdo do relatório é descrito como “estranhador: matanças de tribos inteiras, torturas e toda a sorte de crueldades foram cometidas contra indígenas brasileiros por proprietários de terras e agentes do Estado”. No relatório, fundamentado em documentos e muitas testemunhas, são identificadas inúmeras violações: “Assassinatos, prostituição de indígenas, sevícias, trabalho escravo [...]. O relatório denuncia – e comprova – a existência de caçadas humanas feitas com metralhadoras e dinamite atiradas de aviões, inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e doações de açúcar misturado a estricnina”¹⁰¹.

Na chamada “transição democrática”, há um claro rearranjo em termos de representação política. Era o momento de grande exaltação da “sociedade civil”, termo que se consagrava como expressão da luta por democracia, contrapondo-se ao lugar do poder autocrático, o Estado¹⁰². Mas ainda havia entre setores militares, e em parte dos apoiadores do regime, muitas resistências em relação à abertura política, resistência que resultou na demissão do ministro do Exército, general Silvio Frota. Não era uma simples troca ministerial. Tratava-se de um representante das FA que mais criticavam o processo de abertura, além da disputa pela sucessão presidencial, já que Frota se colocava como candidato à presidência e que acabou sendo preterido em favor de Figueiredo. Mas a resistência contra a abertura do regime ocorria em muitos outros lugares: “em 1978, uma sequência de atentados a bomba contra pessoas, órgãos da imprensa, livrarias, universidades e instituições marcaram a escalada de violência de direita que duraria até meados de 1981”. Organizações como o Movimento Anticomunista (MAC), o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e o Grupo Anticomunista (GAC) iriam patrocinar ações violentas contra alvos identificados com a oposição ao regime¹⁰³. O mais impressionante desses atentados ocorreu em 30 de abril de 1981, realizado durante uma atividade pública no Rio Centro. A ideia era causar uma grande comoção nacional e associar o ato como tendo sido praticado por grupos de esquerda. No entanto, a bomba acabou explodindo no colo de um dos autores do atentado, um sargento ligado à polícia política do regime, o DOI-CODI. O sargento morreu na hora, ferindo ao capitão do Exército que também participara do ato. O Inquérito instaurado para apurar o atentado não resultou em punição, e o sargento morto foi enterrado com honras militares¹⁰⁴.

⁹⁹ SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 455.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 457.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 463.

¹⁰² NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 236.

¹⁰³ NAPOLITANO, *op. cit.*, p. 264.

¹⁰⁴ REIS, *op. cit.*, p. 106.

Frustrado o desejo popular de eleições diretas para presidente, a democracia brasileira parecia estar incompleta. Eleito indiretamente pelo Congresso, como sempre ocorreu durante os anos de ditadura, Tancredo Neves e seu vice José Sarney, numa composição de políticos do antigo MDB com setores da velha ARENA, acabou representando o início da “Nova República” que já começava com um velho arranjo político. Somente em 1989 haveria eleições diretas para presidente no Brasil depois de 29 anos, a primeira em que o Partido dos Trabalhadores iria polarizar como principal força da esquerda brasileira.

Considerações Finais

Uma das características fundamentais da História do Tempo Presente é o caráter provisório de suas conclusões. Trata-se de um campo de estudo que trabalha com “testemunhos vivos”, e com temáticas que ainda estão “em aberto”. Ao olhar panoramicamente a história recente do Brasil, cujo recorte fundamental aqui trabalhado são os 21 anos de ditadura, nos deparamos com questões que ainda não estão resolvidas tanto no campo historiográfico quanto no debate público presente na sociedade brasileira. No primeiro caso, há um relativo consenso entre os historiadores quanto ao caráter civil-militar do golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart em 1964. Ainda que houvesse uma articulação empresarial-militar com apoio da embaixada estadunidense, o consenso em torno do golpe e a reduzida reação aos golpistas corrobora a tese da participação de amplos setores da sociedade civil. No entanto, o debate sobre os desdobramentos da ditadura ainda é objeto de controvérsias, não havendo consenso sobre a natureza do regime político que se seguiu. Este teria sido militar ou civil-militar?

Mais do que um jogo de palavras ou um exercício retórico, essa diferença está ligada aos aspectos fundamentais que motivaram a produção desse texto, quais sejam, o papel da Forças Armadas e da classe trabalhadora na política brasileira. Os que defendem a tese de ditadura civil-militar, a exemplo de Daniel Aarão Reis, o fazem, dentre outras razões, porque consideram que pessoas e empresas participaram ativamente das decisões tomadas na ditadura e delas se beneficiaram¹⁰⁵. Neste sentido, a definição do período como uma *ditadura militar*, seria “muito mais obra da memória do que resultado de pesquisa histórica”¹⁰⁶. De minha parte, me alinho com as interpretações que definem o período de 1964 a 1985 como ditadura militar pois – a despeito da conivência e apoio explícito ou velado de parcelas da população aos governos militares –, as decisões estratégicas fundamentais do regime estavam centralizadas nas Forças Armadas, especialmente no exército¹⁰⁷. A escolha dos generais-presidentes que se sucederam no comando do executivo eram *referendadas* mas nunca *decididas de fato* pelo Congresso Nacional. Os três últimos presidentes – Médici, Geisel e Figueiredo –, estiveram à frente do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de repressão e vigilância do regime autoritário. Daniel Reis apresenta em seu argumento um recorte diferente para o fim da ditadura. Segundo acredita, não se pode falar em ditadura após 1979 pois, dentre outras razões, “não haveria presos políticos desde 1979”¹⁰⁸. Prefere usar o termo “transição democrática” para se referir ao período de 1979, quando os “instrumentos de exceção são revogado, até a promulgação da “Constituição Cidadã” de 1988. Ocorre

¹⁰⁵ REIS, Daniel Aarão. “A ditadura civil-militar”. *O Globo*. Rio de Janeiro: 31 de março de 2012. <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>. Acesso em 07/08/2021.

¹⁰⁶ REIS, *op. cit.*, p. 103.

¹⁰⁷ Ver, dentre outros, NAPOLITANO, *op. cit.*, FICO, Carlos. “Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 464 - 483.

¹⁰⁸ REIS, *op. cit.*, p. 105.

que nesse período ainda havia a Lei de Segurança Nacional (LSN) que enquadrava diversas lideranças sindicais em greve e outras manifestações que exigiam liberdade sindical, direito de greve e aumento salarial. O exemplo mais conhecido foi o da prisão do então líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, o Lula, em 19 de abril de 1980. Enquadrado na LSN, no momento em que as greves ainda eram proibidas, Lula e outras lideranças ficaram 31 dias presos. Essa não seria uma prisão política?

Há outro elemento desafiador para quem se dedica ao estudo da ditadura militar no Brasil e que envolve a relação entre a história e memória. Num editorial publicado em 2009 por um dos jornais mais lidos do Brasil, a Folha de São Paulo, a ditadura no Brasil é denominada como *ditabranda*, uma relativização do autoritarismo do regime brasileiro ao ser comparado com regimes autoritários havidos na América Latina. Eis um trecho do editorial: “[...] as chamadas "ditabrandas" - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça”.¹⁰⁹ Essa expressão, que causou muita polêmica quando de sua publicação, carrega em si elementos de uma memória enquanto “campo de disputas”, como bem definiu Michael Pollak, disputa que tem na manipulação do passado para atender a objetivos políticos do presente um elemento chave.¹¹⁰ Para além dos debates em torno das explicações sobre o golpe de 1964, o caráter militar ou civil-militar do regime, ou mesmo tempo de sua duração, a sociedade brasileira vive nos dias de hoje, quando da produção desse texto, uma catarse coletiva em termos da revalorização crescente com que pessoas e grupos voltam a para a ditadura e seus supostos méritos, incluindo aí o de ter “salvado” o Brasil do comunismo.

Neste sentido, vivemos uma conjuntura muito peculiar da política brasileira, quando um capitão do exército, Jair Messias Bolsonaro, é eleito presidente do Brasil em 2018 com uma plataforma associada à extrema direita, de negação da política e de um discurso de valorização do período em que os militares estiveram no controle político do país. A exaltação da “revolução democrática” de 1964, em certa medida, é um ajuste de contas com o passado, através das disputas em torno da memória. Com o fim da ditadura, boa parte dos discursos militares captados pelos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas apontavam para uma memória do *ressentimento*: “a sociedade clamou para que intervíssemos”; “o Brasil estava em risco de cubanização e nós tivemos que agir”; “nós tiramos um presidente para salvar a democracia e hoje somos vistos como ditadores”, são alguns dos discursos apresentados pelos oficiais entrevistados pelos historiadores ligados ao CPDOC/FGV¹¹¹.

Bolsonaro iniciou sua carreira política como vereador no Rio de Janeiro em 1989, e de 1991 a 2018 atuou como deputado federal, tendo como marca fundamental um discurso de valorização da ditadura. A cada quatro pronunciamentos na câmara dos deputados um mencionava a Ditadura Militar ou eventos relacionados, como o Golpe de 31 de Março ou a promulgação do AI-5¹¹². O início do governo Bolsonaro, o primeiro presidente saído das fileiras das forças armadas depois de 34 anos de presidentes civis, é marcado pela forte presença de militares da reserva e da ativa em postos importantes da administração, obtendo uma relevância política não vista desde a redemocratização: “os militares nomeados ou prestes a serem nomeados já passam de 45 no governo de Jair Bolsonaro (PSL), espalhados por 21 áreas: da assessoria da presidência da Caixa Econômica ao gabinete do Ministério da

¹⁰⁹ Folha de São Paulo, 17/02/2009 [editorial] <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm> Acesso em 05/11/2020.

¹¹⁰ POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.1-19.

¹¹¹ D’ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹¹². *O Estado de São Paulo*. “BOLSONARO mencionou a ditadura em ¼ de seus discursos como deputado” Infográficos, Ditadura Militar, 30 de março de 2019, p. 1.

Educação; da diretoria-geral da hidrelétrica Itaipu à presidência do conselho de administração da Petrobrás.”¹¹³

Concluimos nosso olhar panorâmico sobre a ditadura com a certeza de que, de fato, a chamada “transição democrática” ainda está incompleta. A própria “Constituição Cidadã” de 1988 não resolveu o impasse em torno da relação entre as Forças Armadas e a sociedade. Segundo José Murilo de Carvalho, ainda vivemos sob uma “república tutelada” pelos militares, na medida em que nenhuma constituição, nem a de 1988, alterou os dispositivos que conferem às três armas o papel “político e policial”, isto é, a possibilidade de intervir para “defender os poderes constitucionais”.¹¹⁴ Além disso, convivemos com o velho dilema da incorporação da classe trabalhadora e suas demandas como ator político fundamental. As formas autônomas de expressão política dos subalternos foram tradicionalmente tratadas como problema policial e não como questão política. A partir de 1988 há o reconhecimento do direito de greve, mas um direito sempre interpretado por tribunais que acabam por considerar a “abusividade” de movimentos grevistas, mediação que na verdade é um limite para a luta por direitos. Muitas dessas lutas, como o direito à terra, ainda são tratadas como “invasão de propriedade”, sem falar dos inúmeros projetos que pretendem tipificar movimentos sociais como “grupos terroristas”. Seja como for, esperamos que esse texto tenha servido ao seu objetivo fundamental, qual seja, traçar um panorama da história recente do país, história que continua em aberto.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. “HÁ 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura”. Brasília, 2019.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- ALVES, Márcio Moreira. *O Cristo do Povo*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ATO INSTITUCIONAL nº 5, de 13 de dezembro de 1968.
- BATALHA, Cláudio H. M. “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.) *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 167-168.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.
- BRUNEAU, Thomas C. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Editora Loyola, 1974.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo; Todavia, 2019.
- CODATO, Adriano Nervo. “A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004.
- CPDOC/FGV. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.
- DELLA CAVA, Ralph. “A Igreja e a abertura, 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹¹³ MILITARES já se espalham por 21 áreas do governo Bolsonaro, de banco estatal à Educação. *Folha de São Paulo*, 20 de janeiro de 2019. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/militares-ja-se-espalham-por-21-areas-do-governo-bolsonaro-de-banco-estatal-a-educacao.shtml>. Acesso em 04/04/2019.

¹¹⁴ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. São Paulo; Todavia, 2019, p. 24.

- DREIFUSS, René Armand. *1964, a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. “O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA”. In: FICO, Carlos et al. *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FICO, Carlos. “Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 464 - 483.
- GALEANO, Eduardo. *O Livro dos abraços*. 9. ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. “Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. [orgs.] *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- KECK, Margaret. “O ‘novo sindicalismo’ na transição brasileira”. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- KLEIN, Herbert; LUNA, Francisco. “População e sociedade”. In: REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964, História do regime militar*. São Paulo: Contexto, 2014.
- O Globo*. “O povo tem boa memória e não aceita a união dos contrários”. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1966, Geral, p. 1.
- O Globo*. “Frente Ampla fora da lei”. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1968, Primeira Página, p. 1.
- POLLAK, Michael. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p.1-19.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar – uma vida em vermelho*. São Paulo: Perseu Abramo, 2013.
- PRESOT, Aline. “Celebrando a ‘Revolução’: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. [orgs.] *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- RIDENTI, Marcelo. “As oposições à ditadura: resistência e integração”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo (org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.
- ROLLEMBERG, Denise. “As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. [orgs.] *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- REIS, Daniel Aarão. “A vida política”. In: REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- SCHWARCZ, Lília M; STARLING, Heloisa M. *Brasil – uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, Antonio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. 2º edição, São Paulo: edição do autor, 1987.
- SILVA, Golbery C. *Geopolítica do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: José Olympio Editora, 1967.

- SINGER, Paul. “O processo econômico”. In: REIS, Daniel Aarão. *Modernização, ditadura e democracia – 1964-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- SKIDMORE, Thomas E. “A abertura do autoritarismo: origens e dinâmicas. A lenta via brasileira para a democratização 1974-1985”. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: ArteNova, 1975.
- THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987, vol. 1.
- THOMPSON, E. P. “Algumas observações sobre classe e falsa consciência”. In: NEGRO, Antônio L; SILVA, Sérgio (Org.). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. – 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- VASCONCELOS, Cláudio Bezerra de. “A política repressiva contra militares no Brasil após o Golpe de 1964”. *Locus Revista de História*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, 2006, p. 155-166.
- VEJA. “A Incrível batalha dos estudantes”. Edição nº 5, 09/10/1968a.
- VEJA. “Todos presos: assim acabou o congresso da UNE”. Edição nº 6, 16/10/1968b.
- VEJA. “O velho tema volta à cena”. Edição nº 483, 07 de dezembro de 1977.
- VEJA. “A fúria do desemprego”. Edição nº 676, 16 de agosto de 1981.
- VELOSO, Fernando A., VILELA, André, GIANBIARGI Fabio. “Determinantes do ‘Milagre’ Econômico Brasileiro (1968-1973): uma análise empírica”. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221–246, abr-jun, 2008.
- WALTERS, Vernon. *Missões Silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

Referências Eletrônicas

- REIS, Daniel Aarão. “A ditadura civil-militar”. *O Globo*. Rio de Janeiro: 31 de março de 2012. <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>. Acesso em 07/08/2021.
- Folha de São Paulo*, “Limites a Chávez” [editorial] 17/02/2009 <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm> Acesso em 05/11/2020.
- O Estado de São Paulo*. “Bolsonaro mencionou a ditadura em ¼ de seus discursos como deputado” Infográficos, Ditadura Militar, 30 de março de 2019, p. 1.
- MILITARES já se espalham por 21 áreas do governo Bolsonaro, de banco estatal à Educação. *Folha de São Paulo*, 20 de janeiro de 2019. Cf. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/militares-ja-se-espalham-por-21-areas-do-governo-bolsonaro-de-banco-estatal-a-educacao.shtml>. Acesso em 04/04/2019.